

Relatório da Administração

O Representante Legal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017. Hélio Lima Magalhães - Representante Legal

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2016		2015		PASSIVO	Nota	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante		4.717.951	5.711.965	3.353.191	3.786.128	Circulante		3.353.191	3.786.128		
Disponibilidades	4	1.142	1.422	56	59	Relações interdependências		56	59		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.274.526	3.629.192	56	59	Recursos em trânsito de terceiros		-	-	2.343	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.261.324	3.611.081			Obrigações por empréstimos				2.343	-
Aplicações em moedas estrangeiras		13.202	18.111			Empréstimos no exterior		1.675.194	2.042.565		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		79.453	469.446			Obrigações por repasses do exterior	14	1.675.194	2.042.565		
Instrumentos financeiros derivativos	7	79.453	151.727			Repasses do exterior		179.222	60.125		
Vinculados a prestação de garantias	6	-	317.719			Instrumentos financeiros derivativos	7	179.222	60.125		
Relações interfinanceiras		1.237.710	1.531.836			Instrumentos financeiros derivativos		19.222	60.125		
Correspondentes no País	25.b	50.395	38.851			Outras obrigações		1.498.719	1.681.036		
Operações de crédito	8	1.237.710	1.531.836			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		40	71		
Operações de crédito - Setor privado		(21)	-			Sociais e estatutárias		127.500	12		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		74.549	40.567			Fiscais e previdenciárias	15	104.137	122.226		
Outros créditos		40.062	3.218			Diversas	16	1.267.042	1.558.727		
Rendas a receber	9	34.125	24.728			Não circulante		43.579	215.627		
Crédito tributário		272	12.621			Instrumentos financeiros derivativos	7	-	136.242		
Diversos	10	266	651			Instrumentos financeiros derivativos		-	136.242		
Outros valores e bens		266	651			Outras obrigações		42.960	79.235		
Despesas antecipadas		1.160.506	550.381			Fiscais e previdenciárias	15	429	399		
Não circulante		1.130.311	520.086			Diversas	16	42.531	78.836		
Realizável a longo prazo		776.676	134.927			Resultados de exercícios futuros		619	150		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		7	3.978			Resultados de exercícios futuros		619	150		
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.978	134.927			Patrimônio Líquido	18	2.481.687	2.260.591		
Vinculados a prestação de garantias	6	772.698	-			Capital social		1.258.549	1.258.549		
Outros créditos		353.635	385.159			Reserva de avaliação		1.223.177	1.005.208		
Credito tributário	9	69.637	119.689			(Ajustes de avaliação patrimonial)		-	(39)		
Diversos	10	283.998	265.470					5.878.457	6.262.346		
Permanente		30.195	30.295								
Investimentos	11	1.537	1.562								
Outros investimentos		1.537	1.562								
Imobilizado de Uso	12	28.658	28.733								
Imóveis de uso		66.196	66.196								
Gastos de organização e expansão		52.427	52.427								
Outras imobilizações de uso		14.768	14.858								
(Depreciações acumuladas)		(104.733)	(104.748)								
Intangível		-	-								
Ativos intangíveis		4	4.382								
(Amortizações acumuladas)		(4)	(4.382)								
Total do Ativo		5.878.457	6.262.346			Total do Passivo		5.878.457	6.262.346		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2014	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.057.700	249	88.714	595.777	(6.660)	1.735.780	
Aumento de capital	18.a	200.849	-	-	-	-	200.600	
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	24	-	(249)	-	-	3.494	3.494	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	320.719	320.719
Destinações:								
Reservas	18.b e c	-	-	16.036	304.683	-	(320.719)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.258.549	-	104.750	900.460	(3.166)	2.260.593	
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos		-	-	-	-	807	-	807
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	24	-	-	-	-	2.320	-	2.320
Lucro líquido		-	-	-	-	-	367.967	367.967
Destinações:								
Reservas	18.b e c	-	-	18.398	199.569	-	(217.967)	-
Juros sobre capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.258.549	-	123.148	1.100.029	(39)	2.481.687	
Saldos em 30 de junho de 2016		1.258.549	-	110.600	900.460	(3.166)	2.377.590	
Lucro líquido		-	-	-	-	3.127	250.970	250.970
Destinações:								
Reservas	18.b e c	-	-	12.548	199.569	-	(212.117)	-
Juros sobre capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.258.549	-	123.148	1.100.029	(39)	2.481.687	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos Bancos Comerciais, inclusive as de câmbio.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil pelo valor de R\$ 710.000, onde o grupo Itaú Unibanco será o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TEC-BAN Tecnologia Bancária S.A. (5,64%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%).

A operação de compra e venda envolveu uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão, R\$ 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2015.

A operação envolverá a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro efetivando o modelo de negócio que o grupo Itaú Unibanco irá assumir.

A conclusão desta operação está sujeita às aprovações dos órgãos reguladores, especialmente o BACEN - Banco Central do Brasil e o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 17 de fevereiro de 2017.

3 | Principais práticas contábeis**a) Apuração do resultado**

Receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações comprometidas posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação

Os títulos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular BCen nº 3.068/2001;

ii. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e do ajuste ao resultado do período; e

iii. Títulos disponíveis para venda

Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de reconhecimento de derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa caracteriza a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com referências de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:

- A classificação das operações, com empresas do segmento *Corporate*, é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

A Entidade constitui provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* *W*, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

h) Permanente**i. Investimentos**

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

ii. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

i) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de junho de 2009, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida imediatamente no resultado.

j) Obrigações por repasses no exterior

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

l. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. Referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito à incertezas de sua avaliação sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica.

Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

l) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o imposto de Renda. Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de Risco	2016			Provisão
	Comércio	Indústria	Pessoas físicas	
AA	9.846	24.568	16.002	50.416
Total	9.846	24.568	16.002	50.416
Provisão Adicional (1)	-	-	-	(21)
Total da Provisão	-	-	-	(21)

Nível de Risco	2015			Provisão
	Indústria	Total		
AA	38.851	38.851	-	-
Total	38.851	38.851	-	-
Provisão Adicional (1)	-	-	-	(21)
Total da Provisão	-	-	-	(21)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	2016			Nível de provisão	Curso normal	Total da provisão
	Curso normal	Total da carteira	%			
AA	50.416	50.416	100,00	-	-	-
Total	50.416	50.416	100,00	-	-	-
Provisão Adicional (1)	-	-	-	-	-	(21)
Total da Provisão	-	-	-	-	-	(21)

Nível de risco	2015			Nível de provisão	Curso normal	Total da provisão
	Curso normal	Total da carteira	%			
AA	38.851	38.851	100,00	-	-	-
Total	38.851	38.851	100,00	-	-	-
Provisão Adicional (1)	-	-	-	-	-	(21)
Total da Provisão	-	-	-	-	-	(21)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2016	2015
A vencer até 90 dias	-	31.517
De 91 a 360 dias	50.416	7.334
Total	50.416	38.851

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2016		2015	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	37.485	74,35	34.616	89,10
20 seguintes maiores devedores	9.996	19,92	3.640	9,37
50 seguintes maiores devedores	3.035	6,02	595	1,53
Total	50.416	100,00	38.851	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre	Exercícios
2016	2016	2015

	2016	2015
Crédito com características de concessão de crédito	-	-
Saldo inicial	-	(1)
Reversões/(constituições)	(21)	1
Saldo final	(21)	(1)
Saldo inicial	69.101	54.790
Saldo final	(21)	(1)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	101.861	1.133
Não houve renovações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.	-	-

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre	Exercícios
2016	2016	2015

Financiamentos	870	(3.075)	41.872
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	871	(2.924)	41.915

9) Créditos tributários**a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda**

	Saldo em 31/12/2015	Realização	Saldo em 31/12/2016
Prejuízo fiscal	75.316	(26.344)	48.972
Total	75.316	(26.344)	48.972

	Saldo em 31/12/2014	Realização	Saldo em 31/12/2015
Prejuízo fiscal	101.861	(26.545)	75.316
Total	101.861	(26.545)	75.316

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Base negativa de contribuição social	69.101	1.495	(15.806)	54.790
Total	69.101	1.495	(15.806)	54.790

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Base negativa de contribuição social	68.823	16.205	(15.927)	69.101
Total	68.823	16.205	(15.927)	69.101

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	1 ano	2 anos	3 anos	2016
Prejuízo fiscal	17.140	22.037	9.795	9.795
Total	17.140	22.037	9.795	9.795

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Prejuízo fiscal	13.626	14.686	16.853	18.527	11.624
Total	13.626	14.686	16.853	18.527	11.624

	1 ano	2 anos	3 anos	2016
Base negativa de contribuição social	16.985	21.368	16.437	16.437
Total	16.985	21.368	16.437	16.437

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Base negativa de contribuição social	11.102	11.965	13.731	15.095	17.208
Total	11.102	11.965	13.731	15.095	17.208

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, descritas na nota 31, a administração da Entidade, constituída em 31 de dezembro de 2016, parcialmente créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de 2016. A referida constituição respeitou a diferença de lucratividade da entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários. O valor presente dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, montia R\$ 82.770 (2015 - R\$ 97.678) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil. Os créditos tributários não constituídos sobre base negativa de contribuição social e diferenças tributárias totalizaram R\$ 82.706 em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 96.704). A lei tributária determina que o ajuste a valor de mercado dos derivativos sejam tributados somente na liquidação e por isso é constituído crédito tributário diferido. Nesta rubrica está informado o saldo total entre ativo e passivo diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e sobre o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

10) Outros créditos - Diversos

	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia	-	283.998
Impostos e contribuições a compensar	63	-
Adiantamentos e antecipações	202	767
Pagamentos a ressarir	4	5
Diversos	7	5
Total	272	283.998

11) Investimentos

Os investimentos são compostos, basicamente, por participação societária na Tecnologia Bancária S.A. - Tecban, no valor de R\$ 1.287 (2015 - R\$ 1.287) avaliado pelo custo de aquisição.

12) Imobilizado de uso

	2016	2015
Terrenos	28.617	28.617
Edificações	37.579	(37.579)
Móveis e equipamentos de uso	1.380	(1.380)
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)
Sistemas de comunicação - equipamentos	2.386	(2.386)
Sistemas de segurança	5.995	(5.995)
Instalação e adaptação de dependências	52.397	(52.356)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	30	(30)
Total	133.391	(104.733)

	2016	2015
Terrenos	28.617	28.617
Edificações	37.579	(37.579)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.469	(1.469)
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)
Sistemas de comunicação - equipamentos	2.386	(2.386)
Sistemas de segurança	5.996	(5.996)
Instalação e adaptação de dependências (1)	52.397	(52.281)
Beneficiárias em imóveis de terceiros (1)	30	(30)
Total	133.481	(104.748)

(1) Em 2015 para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido foi classificado em imobilizado de uso.

13) Intangível

	2016	2015
Desenvolvimento de software (1)	4	(4)
Total	4	(4)

(1) Em 2015 para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido foi classificado em Desenvolvimento de software.

14) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações referem-se a empréstimos obtidos para repasses a clientes locais. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial e a juros do mercado externo que variam de 0,94% a 0,99% ao ano (2015 - de 0,42% a 0,75% ao ano).

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	2016	2015
Repasses do exterior	26.599	23.496	50.095	66.262
Vinculados a repasses a mutuários	956.117	668.982	1.625.099	1.976.303
Total	982.716	692.478	1.675.194	2.042.565

15) Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	68.124	-
Impostos e contribuições a recolher	3.654	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	-	10.749
Provisão para riscos fiscais (nota 17)	32.359	429
Total	104.137	122.226

(1) Provisão para impostos e contribuições diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação e dos instrumentos financeiros derivativos. Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, esta Entidade registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 17.700. A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício no montante de R\$ 12.294.

16) Outras obrigações - Diversas

	2016	2015
Provisão para passivos contingentes (nota 17)	1.334	79
Credores diversos - banco - beneficiário (1)	1.237.710	1.531.836
Provisão de plano médico - Mandato pós-emprego (2)	-	8.450
Provisão para pagamentos a efetuar (3) (nota 25.e)	20.156	24.119
Diversas	692	5.593
Total	1.258.592	50.981

(1) Refer-se a saldo de posições de clientes por conta de pagamento de mandato, outorgado por esses clientes à Entidade, para administração de seus recursos, incluindo executores e recebimentos.
(2) Refer-se ao déficit do benefício pós-emprego do Plano Médico de Benefício Definido administrado pela Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada.
(3) Refer-se a valores de provisão referentes ao bônus e férias a serem pagos aos funcionários.

17) Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2016	2015
Provisão para riscos fiscais	32.359	429
Provisão para contingências trabalhistas	134	42.520
Provisão para contingências civis	79	68.673
Total	32.493	47.072

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Entidade tem constituído provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis, composta basicamente, pelos seguintes casos:

• **Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 29.286 (2015 - R\$ 27.575):** Trata-se de processo onde se discute a legalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% da contribuição ao INSS para instituições financeiras. Houve homologação da destituição parcial no âmbito da Anistia Fiscal (Lei nº 11.941/2009). Aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contigência rescissória.

• **Fiscal - PIS EC/17/97 - Anterioridade - R\$ 0 (2015 - R\$ 6.524):** Tratava-se de Mandado de Segurança pleiteando o reconhecimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 77/0. Após trânsito em julgado judicial favorável a Entidade reverteu integralmente a provisão no semestre no montante de R\$ 6.745.

• **Cível - Ação indenizatória - R\$ 10.122 (2015 - R\$ 9.031):** Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a concessão monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de segunda instância favorável a Entidade.

Contingências classificadas como risco de perda possível
Nas operações realizadas entre partes relacionadas, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que esses processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos civis no montante de R\$ 71.186 (2015 - R\$ 0), e processos fiscais no montante de R\$ 147.497 (2015 - R\$ 67.810) compostas basicamente pelos seguintes casos:

• **PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 71.139 (2015 - R\$ 64.439):** Trata-se de processo em que discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de segunda instância.

• **ISS Atividade Bancária - R\$ 73.441 (2015 - R\$ 0):** Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre determinadas receitas relacionadas à atividade bancária. Aguarda-se decisões judiciais sobre o tema.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2016
Cíveis	68.752	353	(12.047)	(21.889)	7.485	42.654
Trabalhistas	-	431	(504)	(207)	291	11
Fiscais	37.338	-	(6.745)	-	2.195	32.788
Total	106.090	784	(19.296)	(22.096)	9.971	75.453

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2015
Cíveis	137.095	57	(78.780)	(81)	10.398	68.752
Trabalhistas	1.098	801	(1.320)	(18)	302	-
Fiscais	35.291	-	-	-	2.047	37.338
Total	173.484	858	(80.100)	(899)	12.747	106.090

18) Patrimônio líquido
a) Capital social
O capital social representa o investimento da matriz, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.
Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), de 31 de julho de 2015, a Entidade realizou aumento de capital no montante de R\$ 6.404.976, até o limite de 20% do capital social.
Em AGE de 31 de agosto de 2015, a Entidade realizou aumento de capital no montante de R\$ 249 oriundos de reservas de atualização de títulos patrimoniais.

b) Reserva legal
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/97, até o limite de 20% do capital social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Entidade constituiu reserva legal no montante de R\$ 18.398 (2015 - R\$ 16.036).

c) Reserva estatutária
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social da Entidade e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Entidade, estando limitada a 10% do seu capital social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 199.569 (2015 - R\$ 30.683) sendo R\$ 179.612 (2015 - R\$ 274.215) para equalização de dividendos e R\$ 19.957 (2015 - R\$ 30.468) para reforço de capital de giro.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi constituída provisão de dividendos. Em 27 de dezembro de 2016, a Entidade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 150.000.

e) Ajustes de avaliação patrimonial
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido no plano de assistência médica.

19) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	2016	Exercícios
--	-------------	------	------------

Citibank, N.A. - Filial Brasileira

CNPJ nº 33.042.953/0001-71

continuação...

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank, N.A. - Filial Brasileira São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.